

Ágio

Prêmio obtido pelo vendedor de um título em relação ao valor ao par, definido no contrato de remuneração do título. O ágio em relação ao valor ao par pode se dar por melhora na qualidade do devedor ou por queda da taxa de juros de mercado em relação à taxa contratada no título, entre outros fatores. Se as taxas de mercado estão menores que as do título, haverá ganho de ágio para compensar sua rentabilidade mais alta.

Agências reguladoras

Instituídas sob a forma de autarquias de regime especial, são agências destinadas a regulamentar, controlar e fiscalizar a execução de serviços públicos transferidos para o setor privado por intermédio de concessões, permissões etc. Exemplos: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Agência Nacional do Petróleo ANP.

(Veja Autarquia)

Agregados monetários

São conjuntos de ativos financeiros emitidos por instituições financeiras ou governos, ou ainda, representativos de cotas de fundos de investimento, agregados em categorias de liquidez decrescente e volumes cumulativos. No Brasil, desdobram-se nos seguintes conceitos:

- Base Monetária: soma do papel moeda em poder do público e das reservas bancárias, essas de titularidade dos bancos e depositadas no Banco Central;
- M1: os haveres financeiros de liquidez imediata, correspondentes à soma dos depósitos à vista e da moeda em poder do público (como as reservas são uma fração dos depósitos, o M1 é sempre maior que a base monetária);
- M2: a soma do M1 com os depósitos de poupança e títulos emitidos por instituições financeiras, como letras financeiras, CDB e depósitos a prazo;
- M3: a soma do M2, dos fundos de investimento de renda fixa, cambial e multimercados; e
- M4: a soma do M3 e dos títulos públicos.

Alca

Área de Livre Comércio das Américas. A Alca seria um bloco econômico, mas não chegou a se constituir.

Amex

American Stock Exchange, que também era conhecida como *Curb Exchange*, foi adquirida e se transformou na Nyse American.

(Veja Bolsa de valores e Nyse American)

Área de Livre Comércio

Bloco econômico em que são eliminadas barreiras tarifárias e não tarifárias entre os membros, mas não se adota uma tarifa externa comum.

ARO

Antecipação de Receita Orçamentária. É uma operação de crédito prevista na Constituição e na Lei de Responsabilidade Fiscal, destinada à cobertura de insuficiências temporárias de caixa da União, estados e municípios, que devem quitar a operação até, no máximo, o dia 10 de dezembro do ano de contratação. São vedadas no último ano de exercício do mandato do prefeito, governador ou presidente.

Arrendamento mercantil

Operação financeira entre uma empresa proprietária de determinados bens (veículos, máquinas, unidades fabris) e uma pessoa jurídica que usufrui esses bens pagando prestações. Os contratos são sempre firmados com tempo determinado, ao fim do qual a empresa arrendatária tem a opção de compra do bem.

Ataque especulativo

Ocorre quando investidores em uma moeda que está vulnerável ou fragilizada abandonam suas posições vendendo intensivamente essas divisas. Se o governo emissor da moeda não dispuser de reservas suficientes, pode ser obrigado a desvalorizá-la. Ocorre quando há probabilidade de uma desvalorização cambial,

especialmente no caso de um país estar suscetível a esse ataque, apresentando déficits em sua balança comercial ou em transações correntes.

(Veja Balança comercial e Transações correntes)

Ativo

Conjunto de bens, valores, créditos e demais direitos que, subtraídos das dívidas e outras obrigações (passivo), formam o patrimônio líquido de uma empresa. O ativo circulante compreende o dinheiro em caixa, os saldos bancários e todos os valores que podem ser convertidos em dinheiro no curto prazo. O ativo fixo são os imóveis, equipamentos, utensílios, ferramentas, patentes, tudo aquilo que é essencial para a empresa continuar operando e que não pode ser convertido em dinheiro imediatamente.

Ativo financeiro

Qualquer tipo de título representativo de direitos de crédito contra terceiros, como depósitos bancários, notas promissórias, títulos da dívida pública e debêntures; ou de titularidade pulverizada de empresas ou imóveis, como ações e certificados de fundos imobiliários.

Auditar

Ver Auditoria.

Auditoria

Exame analítico minucioso da contabilidade de uma empresa ou instituição. A auditoria é realizada por peritos que analisam as operações contábeis desde seu início até o balanço final, concluindo pela sua correção ou incorreção. Há dois tipos de auditoria: auditoria interna, realizada por funcionários da própria empresa ou instituição; e auditoria externa, feita por uma firma de prestação de serviços, contratada especialmente para esse fim.

Autarquia

É uma instituição autônoma, criada por lei específica, com personalidade jurídica de direito público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas.

(Veja Fundação)

Autoridades monetárias

Conjunto de instituições e colegiados responsáveis por regulamentar e supervisionar o mercado financeiro e as instituições bancárias, tendo como principais objetivos controlar a inflação e manejar as variáveis intervenientes nesse controle, como a taxa de juros e em alguns casos as taxas de câmbio, e manter a solidez do sistema financeiro no interesse dos depositantes. As autoridades monetárias no Brasil são o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BC). O Comitê de Política Monetária (Copom) é um órgão auxiliar do Banco Central. Temos, assim, para o caso brasileiro:

- **Autoridades monetárias**
 - Conselho Monetário Nacional: o CMN acaba sendo o conselho de política econômica do país, por ser o responsável pela fixação das diretrizes da política monetária, creditícia e cambial. Atualmente, seu presidente é o ministro da Fazenda.
 - Banco Central do Brasil: o BC é o órgão responsável pela execução das normas que regulam o Sistema Financeiro Nacional (SFN). São suas atribuições agir como: banco dos bancos, gestor do SFN, executor da política monetária, banco emissor, custodiante das reservas bancárias e banqueiro da União.
- **Órgão de apoio das autoridades monetárias**
 - Comissão de Valores Mobiliários (CVM): é um órgão normativo voltado aos valores mobiliários (principalmente mercado de ações e debêntures e respectivos derivativos).

B3

Empresa controladora das maiores plataformas de negociação de valores mobiliários do Brasil, resultante da fusão das anteriores Bovespa (Bolsa de Valores do Estado de São Paulo) e BM&F (Bolsa Mercantil e de Futuros). Atua, principalmente, como bolsa de valores no mercado à vista (compra e venda de ações e outros ativos financeiros) e nos mercados de derivativos (opções, swaps e futuros).

Balança comercial

Registra os valores das importações e das exportações de mercadorias. Se o valor das exportações superar o das importações, diz-se que a balança comercial apresenta um superávit. Se ocorrer o contrário, há um déficit (veja Balanço de pagamentos e Transações correntes). No Brasil, as contas externas são apresentadas em valores de dólares norte-americanos. Os detalhes podem ser vistos nos portais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério da Fazenda e do Banco Central.

Balança de serviços

Registra as receitas e despesas de diversos tipos de transação (serviços), destacando-se transportes, seguros, viagens internacionais, royalties, assistência técnica, lucros e juros.

(Veja Balanço de pagamentos)

Balanço de pagamentos

Registro de todas as transações econômico-financeiras realizadas por um país com os demais países. Engloba as contas de transações correntes e de movimento de capitais. A conta de transações correntes inclui as contas balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais (por exemplo, o recebimento de dólares que brasileiros que trabalham no exterior mandam para os seus parentes e o que estrangeiros que trabalham no Brasil mandam para seus parentes nos seus países). A conta de movimento de capitais constitui uma conta também chamada de conta de capital, que são investimentos, empréstimos e recursos externos usados, no caso de déficit, para fechar o balanço de pagamentos.

Balanço de pagamentos

1. Transações correntes:
 - a. Balança comercial;
 - b. Balança de serviços;
 - c. Transferências unilaterais.
2. Movimento de capitais: investimentos, empréstimos etc.

Banco Central do Brasil

Instituição financeira governamental autônoma que tem por objetivo fundamental manter a estabilidade de preços. Além desse objetivo, tem por atribuição zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro nacional, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego. No desempenho dessas competências, o Banco Central atua por meio do manejo de variáveis intervenientes, como o nível da taxa básica de juros, o volume de depósitos compulsórios das instituições financeiras e, eventualmente e de modo temporário, por meio de intervenções sobre a taxa de câmbio, especificamente para reduzir sua volatilidade. Adicionalmente, o Banco Central é o depositário das disponibilidades financeiras da União em reais – a chamada Conta Única – e de suas reservas internacionais.

Base monetária

É o agregado monetário básico. Inclui o papel-moeda emitido pelo governo em poder do público e o volume de reservas mantido pelos demais bancos no Banco Central.

(Veja Agregados monetários)

Benefício tributário

Qualquer mecanismo de redução de carga tributária efetiva do contribuinte (direto ou indireto) pessoa física ou jurídica para atingir principalmente dois objetivos de políticas públicas: reduzir a concentração da renda disponível (redução de alíquotas de cesta básica, por exemplo) ou direcionar a alocação de recursos produtivos em atividades ou áreas geográficas consideradas prioritárias (isenção do imposto de renda nos rendimentos de aplicações financeiras direcionadas a atividades específicas, como

infraestrutura, agropecuária e habitação, entre outras, e competição fiscal por certas atividades produtivas, como redução do ICMS).

BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento. Instituição internacional com sede em Washington, Estados Unidos, criada em 1959, para prestar ajuda financeira aos países da América Latina e do Caribe. Subscrita inicialmente por nações americanas, conta desde 1974 com 12 nações de fora do continente, entre elas a Grã-Bretanha. Seus principais acionistas são Estados Unidos, Canadá, Brasil, Argentina e México.

Bird

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, mais conhecido como Banco Mundial. Instituição financeira internacional ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). Criado em 1944, na Conferência de Bretton Woods, teve o objetivo inicial de financiar os projetos de recuperação econômica dos países atingidos pela 2ª Guerra Mundial. Fornece empréstimos diretos a longo prazo (de 15 a 25 anos) aos governos e empresas, com garantias oficiais, para projetos de desenvolvimento e assistência técnica. O Bird tem sede em Washington, Estados Unidos.

BIS

Banco para Compensações Internacionais (em inglês, *Bank for International Settlements*). Instituição mantida por 63 bancos centrais de países que representam mais de 90% do PIB mundial. Tem por atribuição ser agente financeiro dos bancos centrais e de organizações multilaterais, especialmente auxiliando na custódia e negociação de divisas internacionais dos países envolvidos. Abriga importantes órgãos internacionais, como o Conselho de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Board*), que elabora padrões normativos internacionais da atividade bancária, especialmente para controle de risco de instituições e de risco sistêmico (do conjunto de instituições).

Blocos econômicos

Blocos econômicos são uniões políticas e econômicas entre dois ou mais países, celebradas por tratados, com o objetivo de reduzir ou eliminar barreiras à circulação de

bens e serviços e de investimentos entre os membros. Geralmente são classificados em três tipos principais:

- Área de livre comércio;
- União aduaneira; e
- Mercado comum.

Blue chips

Termo usado nas bolsas de valores para designar as ações de empresas de maior dimensão e que apresentam menor variabilidade de curto prazo nos preços, além de terem maior liquidez e maior participação no volume de negócios das bolsas de valores. Podem ser consideradas as ações de primeira linha, em contraposição às chamadas *small caps*.

(Veja Bolsa de valores)

BM&F

Ver B3.

BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Instituição financeira federal criada em 1952 para fomentar o desenvolvimento dos setores básicos da economia brasileira, nos planos público e privado. Por decreto-lei presidencial de 25 de maio de 1982, a instituição recebeu a responsabilidade de gerir o então recém-criado Fundo de Investimento Social (Finsocial) e teve a palavra “social” acrescentada a seu nome.

Bolsa de valores

Plataforma de negociação de um mercado organizado em que seus membros, atuando como agentes (corretores) ou em nome próprio (*dealers* ou negociadores independentes), negociam valores mobiliários (ações, debêntures e derivativos, entre outros). As bolsas têm regras rígidas de segurança e liquidez quanto ao cumprimento das obrigações das contrapartes nos negócios realizados e agem como garantidores dessas obrigações. Essa segurança explica a grande liquidez, velocidade e eficiência dessas plataformas.

Bond

Obrigação, título de dívida. Qualquer título de dívida pública ou privada subscrito e negociado com desconto, que rende juros e obriga a emitente a pagar, geralmente a intervalos especificados, um determinado montante ao detentor da obrigação, e a reembolsar o valor principal do empréstimo na data do vencimento.

Bovespa

Ver B3.

Cade

Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Órgão criado em 10 de setembro de 1965 cujas finalidades são a defesa da concorrência e a vigilância, prevenção e repressão aos abusos do poder econômico. O Cade foi reformulado e reforçado pela Lei 8.884/94 e passou a ter papel importante no processo de integração do Brasil nos mercados mundiais, atuando em casos de aquisição ou fusão de empresas. É vinculado ao Ministério da Justiça. Em 2011 passou por nova reforma, na qual se procurou colocar o Cade como órgão principal de um Sistema Nacional de Defesa Econômica, criando-se, na prática, o que se chamou de Super Cade.

Cartel

Grupo de empresas independentes que formalizam um acordo para sua atuação coordenada, com vistas a interesses comuns. O tipo mais frequente de cartel é o de empresas que produzem artigos semelhantes, de forma a constituir um monopólio de mercado. Os objetivos mais comuns dos cartéis são: controle do nível de produção e das condições de venda; fixação e controle de preços; controle das fontes de matéria-prima (cartel de compradores); fixação de margens de lucros e divisão de territórios de operação.

CIF

Em inglês: *Costs of insurance and freight*. É o preço de venda da mercadoria e os custos associados a seguros e fretes incorridos até a entrega ao lugar de destino.

Cofins

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. Tributo classificado na espécie contribuição social. É pago pelas pessoas jurídicas, por meio de uma alíquota incidente sobre a receita ou o faturamento das empresas, e destina-se exclusivamente às despesas com atividades-fim das áreas de saúde, previdência e assistência social. Foi criado pela Lei Complementar 70, de 1991.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

É uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda que age sob orientação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e tem por finalidade básica a normalização e o controle do mercado de valores mobiliários, representado principalmente por ações, partes beneficiárias e debêntures, *commercial papers* e outros títulos emitidos pelas sociedades anônimas e autorizadas pelo CMN. A CVM promove medidas incentivadoras à canalização das poupanças ao mercado acionário, estimulando o funcionamento das bolsas de valores e das instituições operadoras do mercado de ações, procurando assegurar a lisura das operações de compra e venda de valores mobiliários; promove a expansão desses negócios, além de buscar a proteção aos investidores de mercado.

(Veja Bolsa de valores, Debêntures e CMN)

Commodity/commodities

São substâncias ou produtos primários, minerais ou agrícolas, normalmente insumos para a produção de bens acabados, cuja precificação é determinada por padrões específicos de composição e qualidade, o que as tornam perfeitamente intercambiáveis com os de sua mesma espécie. São exemplos: soja em grão, cobre, minério de ferro, petróleo Brent.

Concordata

Era um recurso jurídico que permitia a continuação do comércio de uma empresa insolvente (incapaz de saldar seus débitos nos prazos contratuais). Foi substituída pela recuperação judicial.

Conselho Monetário Nacional (CMN)

Órgão federal criado em 1964 pela lei que implantou a reforma bancária no país. É responsável pela edição de resoluções: normas superiores de funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, que têm por objetivo manter a estabilidade da moeda e definir as políticas de crédito e cambial. Inicialmente, participavam do conselho representantes dos ministérios da área econômica e de outros órgãos públicos e entidades representativas do setor privado. Com a Lei do Real, a composição foi reduzida para o ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento e o presidente do Banco Central.

Contingenciar

É a suspensão total ou parcial, embora reversível, da possibilidade de execução de certas rubricas do orçamento público, cuja finalidade é ajustar a execução das despesas ao desempenho verificado ou esperado das receitas.

Conversão de dívida

É a troca de títulos de dívida pública, vencidos ou a vencer, por outros títulos com vencimento a um prazo mais longo.

Copom

Comitê de Política Monetária. Foi instituído em 20 de junho de 1996 com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a taxa de juros. A criação do comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório, a exemplo do que já era adotado pelo *Federal Open Market Committee* (FOMC) do Banco Central dos Estados Unidos e pelo *Zentralbankrat*, do Banco Central da Alemanha. Em junho de 1998, o Banco da Inglaterra também instituiu o *Monetary Policy Committee* (MPC), assim como o Banco Central Europeu, desde a criação do euro, em janeiro de 1999. Atualmente, uma vasta gama de autoridades monetárias em

todo o mundo adota prática semelhante, facilitando o processo decisório, a transparência e a comunicação com o público em geral. Desde 1996, o regulamento do Copom passou por uma série de alterações no que se refere ao objetivo, à periodicidade das reuniões, à composição e às atribuições e competências de seus integrantes. Essas alterações visaram não apenas aperfeiçoar o processo decisório no âmbito do comitê, mas também refletiram as mudanças do regime monetário. Destaca-se a adoção, pelo Decreto 3.088/99, da sistemática de "metas para a inflação" como diretriz de política monetária. Desde então, as decisões do Copom passaram a ter como objetivo cumprir as metas para a inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Segundo o mesmo decreto, se as metas não forem atingidas, cabe ao presidente do Banco Central divulgar, em carta aberta ao ministro da Fazenda, os motivos do descumprimento, bem como as providências e o prazo para o retorno da taxa de inflação aos limites estabelecidos. Formalmente, os objetivos do Copom são implementar a política monetária, definir a meta da taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e seu eventual viés, e analisar o Relatório de Inflação. A taxa de juros fixada na reunião do Copom é a meta para a taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia), a qual vigora por todo o período entre reuniões ordinárias do comitê. Se for o caso, o Copom também pode definir o viés, que é a prerrogativa dada ao presidente do Banco Central para alterar, na direção do viés, a meta para a taxa Selic a qualquer momento entre as reuniões ordinárias.

Crédito subsidiado

Tipo de empréstimo feito pelo governo a uma taxa de juros menor que a vigente no mercado. Pode ser implícito ou explícito. O implícito, destinado principalmente aos financiamentos agropecuários e às exportações, corresponde à diferença entre as taxas de juros normais desses empréstimos e o custo real pago pelo governo para a captação desse dinheiro. Crédito subsidiado explícito são os fundos aplicados em programas especiais, criados para incentivar certas regiões ou atividades econômicas por meio de empréstimos a taxas de juros muito baixas.

Crédito suplementar

Crédito destinado a reforçar as dotações consignadas no orçamento em vigor. A abertura de crédito suplementar depende de prévia autorização legislativa.

Custo Brasil

Denominação genérica dada a uma série de custos de produção, ou despesas incidentes sobre a produção, que tornam difícil ou desvantajoso para o exportador brasileiro colocar seus produtos no mercado internacional, ou então tornam inviável ao produtor nacional competir com os produtos importados. Tais custos estariam relacionados com aspectos legais de toda sorte, como os da legislação trabalhista (que gera encargos sociais); institucionais (excesso de burocracia para a instalação de empresas ou para a exportação de produtos); tributários (excesso ou cumulatividade de tributos); de infraestrutura (falta de estradas de rodagem bem conservadas, deficiência de malha ferroviária e de hidrovias, comunicações deficientes e caras, além de portos e aeroportos ineficientes e de alto custo operacional); corporativas (como a atuação de sindicatos de trabalhadores sobre certos tipos de atividade, o que dificultaria o aumento da produtividade), entre outros.

Dealer

Negociante, distribuidor. Pessoa física ou jurídica que age em nome próprio e atua por sua própria conta e risco numa negociação de valores mobiliários. É também aquele que compra mercadorias ou serviços para revenda a consumidores. O elemento de risco de estoque é o que distingue um distribuidor de um agente ou representante de vendas.

Debênture

Título mobiliário que garante ao comprador uma renda fixa, ao contrário das ações, cuja renda é variável. O portador de uma debênture é um credor da empresa que a emitiu, ao contrário do acionista, que é um de seus proprietários. As debêntures têm como garantia todo o patrimônio da empresa. Debêntures conversíveis são aquelas que podem ser convertidas em ações, segundo condições estabelecidas previamente.

Default

Inadimplemento. Não pagamento, por parte de um devedor, dos juros e do principal, à medida que vencem, ou não cumprimento de qualquer outra obrigação estabelecida em um contrato para emissão de títulos. Em caso de inadimplemento, os detentores de obrigações podem reivindicar ativos do emitente para reaver seus créditos.

Déficit

Em contabilidade, é um excesso de pagamentos em relação às receitas. Nas finanças públicas, fala-se em déficit orçamentário quando as despesas são superiores à arrecadação, e em déficit da balança comercial quando o valor total das importações é superior ao total das exportações. Nas contas do governo, o déficit pode ser considerado déficit primário (inclui as receitas e as despesas do governo, não consideradas as financeiras) e déficit nominal (que considera também as financeiras).

Déficit em conta corrente

Também denominado déficit em transações correntes, é aquele que ocorre quando a soma das balanças comercial e de serviços e de transferências unilaterais do balanço de pagamentos mostra um resultado negativo, isto é, de déficit.

(Veja Balanço de pagamentos, Balança comercial, Balança de serviços, Transferências unilaterais e Transações correntes)

Déficit em transações correntes

Ver Déficit em conta corrente.

Déficit nominal

Diferença entre receitas e despesas públicas, quando consideradas as parcelas referentes aos juros nominais incidentes sobre as dívidas interna e externa.

(Veja Déficit)

Déficit primário

Ver Déficit.

Déficit público

Ver Déficit e Déficit operacional.

Depósito compulsório

Instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central para controlar a liquidez do sistema financeiro e sua capacidade de expansão de crédito. Consiste em estabelecer um percentual de depósitos que cada banco deverá manter no Banco Central em relação aos depósitos que captar, sendo que tais depósitos compulsórios, se provenientes de depósitos à vista, não proporcionam juros para o banco depositante. Exemplo: se um banco captar R\$ 10 mil e o compulsório for igual a 15%, terá de depositar R\$ 1.500 no Banco Central. Outro objetivo dos depósitos compulsórios, além do controle da liquidez do sistema, é criar um colchão de liquidez obrigatório para os bancos, de forma que não tenham problemas de falta de caixa para eventuais retiradas atípicas de seus depositantes. Alguns tipos de captação direcionados para atividades específicas também têm regras de depósito compulsório, como punição, caso os valores captados não sejam aplicados no volume requerido pela regulamentação.

Derivativos

São contratos financeiros em que as partes pagam ou recebem de acordo com a variação do valor de um ativo subjacente, que dá referência ao contrato. Exemplo: uma opção de compra de ações, pois dá ao adquirente o direito de comprar por um preço preestabelecido, em um período ou data do futuro, uma ação de determinada empresa por um valor fixo. Embora a precificação em cada momento da trajetória de um derivativo seja bastante complexa e multifatorial, pode-se dizer que uma opção de compra tende a subir de preço se a ação em referência subir. O mesmo se dá na direção contrária, quando os derivativos podem ser usados como proteção ou podem ser instrumentos arriscados de ganho (especulação). Por exemplo, um empresário que produza matéria-prima cujo preço é volátil pode decidir vender sua produção futura a um preço preestabelecido para um empresário que usa essa matéria-prima como insumo e que também quer reduzir o risco de preços elevados no futuro. Essa operação é típica do mercado de futuros. Alternativamente, um devedor que tem um contrato de empréstimo com juros variáveis pode decidir comprar juros no mercado futuro. Caso os juros subam, ele ganhará na operação e o especulador que vendeu esse direito terá

perdas. Com esses ganhos não especulativos, mas defensivos, o devedor pode pagar o acréscimo que ocorreu na sua despesa de juros.

Deságio

Desconto que se aplica a um título em relação ao seu valor ao par, que é o valor definido de acordo com as condições contratuais de remuneração do título. O deságio em relação ao valor ao par pode se dar por queda na qualidade do devedor, por elevação da taxa de juros de mercado em relação à taxa contratada no título, entre outros fatores. Se as taxas de mercado estão maiores que as do título, este sofre deságio porque é a forma de compensar sua baixa rentabilidade em relação às condições de mercado.

(Veja Ágio)

Desemprego/Taxa de desemprego

É o percentual de pessoas da força de trabalho que procuram emprego e não encontram. A força de trabalho é composta pelas pessoas em idade de trabalhar (maiores de 14 anos) que estão empregadas ou procurando emprego. A força de trabalho, por isso, exclui estudantes, aposentados e donas de casa, entre outros.

Desenvolvimento sustentado

É um processo de desenvolvimento deflagrado a partir de bases econômicas reais, capaz de manter-se por longo tempo e de autoalimentar-se, gerando aumento de renda, de produção e de produtividade, com reflexos positivos sobre os níveis de emprego e de salários.

Desenvolvimento sustentável

Conceito relacionado a ecologia e administração. Refere-se ao desenvolvimento de uma empresa, ramo industrial, região ou país que, em seu processo, não esgota os recursos naturais que consome nem danifica o meio ambiente de forma a comprometer o desenvolvimento dessa atividade no futuro.

Dívida externa

Somatório das obrigações dos setores público e privado de um país detidos por residentes de outro país, independentemente da forma do instrumento da dívida ou da moeda em que seja denominada, ou mesmo da jurisdição de emissão ou pagamento. Assim, títulos públicos emitidos pela União, denominados em reais, são considerados dívida externa, enquanto títulos privados eventualmente denominados em dólares emitidos e detidos por instituições brasileiras não fazem parte da dívida externa.

Dívida interna

Total dos débitos assumidos pelo governo junto às pessoas físicas e jurídicas residentes no próprio país. Sempre que as despesas do governo superam a receita, há necessidade de dinheiro para cobrir o déficit.

Dow Jones

Média Industrial *Dow Jones*. Média ponderada das 30 ações de primeira linha mais negociadas, principalmente do setor industrial, incluindo ainda a *American Express Company* e a *American Telephone and Telegraph Company*. O índice *Dow Jones* é o mais tradicional e o mais cotado entre todos os indicadores de mercado. Os componentes, que mudam periodicamente, representam entre 15% e 20% do valor de mercado das ações negociadas na Nyse, a Bolsa de Valores de Nova York.

(Veja Bolsa de Valores e Nyse)

Dotação orçamentária

Também chamada de rubrica. É uma verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos. Sua existência é obrigatória para que haja pagamento de qualquer despesa pública.

Dumping

Venda de produtos a preços mais baixos que os custos, com a finalidade de eliminar a concorrência e conquistar fatias maiores de mercado, especialmente em exportações.

Elisão fiscal

Planejamento que visa reduzir a carga tributária a ser paga por uma empresa, valendo-se de meios legais ou de manobras contábeis, mas sem cometer ilícito.

(Veja Elusão fiscal, Evasão fiscal e Fraude)

Elusão fiscal

Método que empresas encontram, amparadas nos desvãos da legislação, para não pagar impostos ou pagar menos do que deveriam. A legislação permite brechas ou interpretações que são aproveitadas especialmente por grandes empresas ou conglomerados.

(Veja Elisão fiscal, Evasão fiscal e Fraude)

Evasão fiscal

É quando o contribuinte deixa de recolher os impostos ou a máquina arrecadadora, por algum motivo, não consegue arrecadá-los. A evasão pode ser criminosa (sonegação) ou aparentemente legal, valendo-se o contribuinte, para não pagar impostos, de brechas existentes nas leis tributárias.

(Veja Elisão fiscal e Fraude)

Factoring

Operação de financiamento a pequenas e médias empresas, em que a garantia são recebíveis futuros.

Fundação

Entidade jurídica sem finalidade lucrativa, destinada à prestação de serviços à coletividade. É criada por meio da constituição de um patrimônio por doação ou testamento, que é próprio e independente de indivíduos.

FMI

Fundo Monetário Internacional. Organização financeira criada em 1944 na Conferência de Bretton Woods, em New Hampshire, Estados Unidos. É uma agência especializada

da Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Washington, que tem a finalidade de promover a cooperação monetária no mundo capitalista, coordenar as paridades monetárias e levantar fundos entre os diversos países-membros para auxiliar os que estão em dificuldades econômicas com pagamentos internacionais ou em desequilíbrios graves de balanço de pagamentos.

FOB/Preço FOB

Em inglês: *Free on board*. Refere-se ao preço do produto ao desembarcar no porto, livre de qualquer despesa, como fretes ou seguros.

Fraude

Ato ilícito que consiste na falsificação de documentos, na prestação de informações falsas ou na inserção de elementos inexatos nos livros fiscais, com o objetivo de não pagar tributos ou de pagar importância inferior à devida.

G7

É o nome dado à reunião periódica dos sete países democráticos, entre os mais desenvolvidos economicamente. O grupo é formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá. O G7 foi brevemente substituído pelo G8, com a entrada da Rússia. Esse arranjo se desfez a partir da invasão e anexação da Crimeia pela Rússia, em 2014, quando o G7 voltou à composição original. O G7 se reuniu pela primeira vez em 1975, por iniciativa do então primeiro-ministro alemão Helmut Schmidt e do presidente francês à época, Valéry Giscard d'Estaing.

G8

Ver G7.

Ganho de capital

É o lucro obtido na venda de qualquer ativo, físico ou financeiro, quando o preço de venda supera o preço de aquisição.

GATT

Acordo Geral de Tarifas e Comércio (em inglês, *General Agreement on Tariffs and Trade*). Foi um Tratado multilateral de comércio internacional firmado em Genebra, Suíça, em 1947, tendo por princípio básico o livre-comércio. O órgão foi transformado na Organização Mundial do Comércio (OMC).

(Veja OMC)

Gini

O coeficiente de Gini mede o grau de concentração de renda de uma região, unidade administrativa ou país. Quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda medida; quanto mais próximo de 0, mais bem distribuída é essa renda. O coeficiente foi formulado pelo cientista social e estatístico italiano Corrado Gini (1884-1965).

Hedge

Estratégia usada para compensar investimentos de risco. Um *hedge* perfeito é aquele que elimina a possibilidade de ganhos ou perdas futuras. Exemplo: um acionista preocupado com a queda de preços das ações pode fazer um hedge de seus títulos por meio da compra de uma opção de venda de ações, ou da venda de uma opção de compra.

Hiato do produto

Indicador que busca mensurar as variações cíclicas na economia e corresponde à diferença entre o PIB efetivo e o PIB potencial. O PIB potencial é uma variável abstrata, não observável, uma estimativa de qual seria o PIB na hipótese de todos os fatores de produção disponíveis serem usados da forma mais eficiente.

(Veja PIB)

Holding

Designação de empresa que mantém o controle sobre outras empresas mediante a posse majoritária de ações dessas. Em geral, a holding não produz nenhuma mercadoria ou serviço específico, destinando-se apenas a centralizar e realizar o

trabalho de controle sobre um conjunto de empresas geralmente denominadas subsidiárias. Nesse caso, ela é chamada de holding pura. Por sua vez, a empresa que, além de controlar subsidiárias, produz bens e oferece serviços é chamada de holding operadora.

Índice de inflação

Variação do nível geral de preços da economia, que inclui bens e serviços. Os indicadores que capturam essas variações são denominados índices de inflação. Esses índices são calculados por meio de médias, uma vez que a variação dos preços em um processo inflacionário não é homogênea entre os inúmeros bens e serviços considerados.

Inflação de oferta

Inflação de oferta ou de custos reflete as variações nos preços causadas por aumento de custos dos ofertantes de bens e serviços da economia. Pode ser ocasionada por eventos inesperados, por exemplo: climáticos, que afetam a oferta de produtos naturais; ou algum fator que interrompa cadeias produtivas, o que ocorreu durante a Pandemia de Covid-19.

Inflação de demanda

Aumento do nível geral de preços provocado por pressões de demanda. O aumento na demanda pode ocorrer em razão de aumentos dos salários ou das transferências governamentais de renda. A inflação ocorre quando o aumento da renda se dá acima da produtividade do fator trabalho ou quando a taxa real de juros fixada pelo Banco Central se encontra abaixo da taxa neutra, por exemplo.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Estabelece diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Tem que ser enviada pelo Executivo ao Congresso até o dia 15 de abril e aprovada pelo Legislativo até o dia 30 de junho. Se não for aprovada nesse período, o Congresso não pode entrar em recesso em julho.

(Veja Lei Orçamentária Anual, Orçamento e Plano Plurianual)

Lei Kandir

Lei que isenta do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. A lei provocou polêmica porque governadores apontaram perda de arrecadação devido à isenção do imposto nesses produtos. De autoria do ex-ministro Antonio Kandir, a proposta transformou-se na Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal, sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

É o Orçamento anual enviado pelo Executivo ao Congresso, que estabelece, para execução a cada ano, as ações estipuladas na LDO. Na LOA, são fixados os recursos para cada ação nas diversas áreas estabelecidas (saúde, educação, previdência, reforma agrária etc.). Precisa ser enviada ao Congresso pelo Executivo até o dia 31 de agosto. Pode ser aprovada até dezembro, mas essa prática não é obrigatória. O Orçamento da União se divide em orçamento fiscal, de seguridade social e de investimentos, esse com a previsão dos recursos destinados às empresas estatais.

(Veja Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento e Plano Plurianual)

Lobby/Lobismo

Atividade desenvolvida por pessoa ou grupo organizado com intenção de influenciar procedimentos e atos do poder público.

Meios de pagamento

São ativos que podem ser usados instantaneamente e sem restrições para pagamentos a terceiros. A definição mais convencional de meios de pagamento é a do agregado monetário M1.

(Veja Agregados monetários)

Mercado Comum

Bloco econômico em que há livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais entre os membros. É o segundo mais elevado grau de integração econômica, afora o caso único da Comunidade Europeia – que, além de ser um mercado comum, conta ainda com moeda única e parâmetros fiscais comuns.

Mercosul

Mercado Comum do Cone Sul. O Mercosul teve como origem os acordos bilaterais de comércio estabelecidos entre Brasil e Argentina a partir de 1990. Foi criado oficialmente em 29 de novembro de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, na capital do Paraguai, congregando Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A Venezuela passou a compor o grupo em 2012. A meta do Mercosul é criar uma comunidade econômica entre os cinco países para facilitar e incrementar o comércio entre eles, com a eliminação progressiva das barreiras alfandegárias e uma tarifa externa comum (TEC) contra os demais países. O grupo tende a integrar outros países da região, como a Bolívia.

Meta de inflação

A expressão se refere tanto a um regime de execução de política monetária, quanto ao valor quantitativo de inflação que um banco central deve perseguir nesse regime. Em geral, a meta é definida como um intervalo em torno do valor central. Por exemplo, meta de 3% ao ano com margem de 0,5% para cima ou para baixo. A meta pode ser definida exatamente para o ano civil ou para períodos anuais contínuos.

Moratória

É o termo que designa, no direito comercial, a prorrogação do prazo concedido pelo credor a seu devedor para o pagamento de uma dívida. Há um acordo entre ambas as partes, distinguindo-se da recuperação judicial, pelo seu caráter não judicial. No caso das relações econômicas internacionais, a moratória é uma declaração unilateral do devedor declarando que não pagará uma dívida nos prazos e demais condições estipuladas no contrato. Trata-se de medida extrema que, em geral, bloqueia o declarante em relação às fontes de crédito internacional. Assim, os fluxos financeiros internacionais se reduzem drasticamente em relação ao país que declara moratória.

Nafta

Acordo de Livre Comércio da América do Norte (em inglês, *North American Free Trade Agreement*; em espanhol, *Tratado de Libre Comercio* ou TLC). O Nafta é a ampliação do acordo de livre comércio já existente entre os Estados Unidos e o Canadá desde 1989, agora incluindo o México. O acordo entrou em vigor em janeiro de 1994 e estabelece a eliminação de tarifas alfandegárias entre os 3 países em um período de 15 anos, embora 50 das barreiras existentes tenham sido eliminadas logo no início de 1994.

Nasdaq

Sistema Automatizado de Cotações da Associação Nacional de Corretoras de Valores (em inglês, *National Association of Securities Dealers Automatic Quotation System*). É um sistema computadorizado que oferece as cotações de preço para valores imobiliários negociados no mercado de balcão, bem como de várias ações registradas na Bolsa de Valores de Nova York. Reúne principalmente ações de empresas de alta tecnologia, dos setores de biotecnologia, informática e internet. Seu índice principal é o *Nasdaq Composite Index*.

(Veja Bolsa de Valores e Nyse)

Número-Índice

Trata-se de uma média de variações relativas. Se as variações medidas são as correspondentes aos preços, um número-índice de preços deve ser estipulado, como acontece com outras variáveis (taxas de câmbio, taxas de juros, salários etc). Se as variações medidas são as correspondentes às quantidades, um número-índice específico deve ser estipulado: por exemplo, o correspondente ao quantum da produção industrial, agrícola, de exportações, de importações etc. Números-índices são usados desde o século 19, quando a denominação foi adotada por Stanley Jevons.

Nyse

New York Stock Exchange. A Bolsa de Valores de Nova York é a mais antiga e a maior bolsa de valores dos Estados Unidos, localizada em Wall Street. Também é conhecida como *Big Board* e *The Exchange*. É diferente de Nyse American.

(Veja Bolsa de valores)

Nyse American

A bolsa de valores mobiliários Nyse American é a sucessora da antiga Amex (*American Stock Exchange*, que também era conhecida como *Curb Exchange*). É uma bolsa especializada em papéis de empresas de menor porte e funciona em Nova York. Não confundir com Nyse (*New York Stock Exchange*).

(Veja Bolsa de valores)

OMC

Organização Mundial do Comércio. Organismo que substituiu o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (em inglês, *General Agreement on Trade and Tariffs - GATT*), que esgotou suas atividades de acordo provisório na reunião de Marrakech, Marrocos. Em 1995, 97 países assinaram um acordo para a criação da OMC, cuja finalidade é dirimir conflitos comerciais entre países. A OMC começou a funcionar em 10 de maio de 1998 e cobre hoje 90% do comércio mundial.

Opep

Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Entidade criada em 1960, no Iraque, com o objetivo de estabelecer uma política comum em relação à produção e à venda de petróleo. Fazem parte da organização: Arábia Saudita, Irã, Kuwait, Venezuela, Iraque, Argélia, Equador, Gabão, Indonésia, Líbia, Nigéria, Catar e Emirados Árabes Unidos.

Orçamento

O orçamento público é a lei anual de planejamento estatal que prevê as receitas e as despesas que serão pagas com o uso desses recursos. As despesas são minuciosamente previstas em dotações orçamentárias específicas.

Paraíso fiscal

Denominação usada para países que praticam alíquotas de impostos bem mais baixas que a média dos demais. Por isso, atraem cidadãos e empresas interessadas em usufruir da baixa tributação. Em geral, são países de menor população.

Participação/Taxa de participação

Percentual da população em idade de trabalhar que participa da força de trabalho. Estão excluídos da força de trabalho os que não procuram emprego nem estão trabalhando, como aposentados, donas de casa e estudantes, entre outros.

PIB

Produto interno bruto. Principal indicador da atividade econômica, refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, no mercado formal, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços. A comparação entre tudo o que se produziu em um ano com o total do ano anterior indica se a economia está em um ciclo de prosperidade ou de crise.

PIB potencial

Uma estimativa, com base em técnicas estatísticas, de qual seria o PIB na hipótese de todos os fatores de produção disponíveis serem usados da forma mais eficiente. Não se trata de uma variável diretamente observável.

PIS-Pasep

Fundo contábil instituído em 1975 mediante a unificação do fundo do Programa de Integração Social (PIS) com o fundo do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), ambos criados em 1970.

Plano Plurianual (PPA)

Planejamento das ações do governo para um período de quatro anos. Tem de ser enviado pelo Executivo ao Congresso até o dia 31 de agosto do primeiro ano do governo.

(Veja LDO e LOA)

PNB

Produto nacional bruto. É o valor agregado de todos os bens e serviços resultantes da mobilização de recursos nacionais (pertencentes a residentes no país),

independentemente do território econômico em que esses recursos foram produzidos. A diferença entre o PNB e o PIB corresponde à renda líquida enviada ou recebida do exterior. Quando o PNB é inferior ao PIB, o país remete para o exterior mais renda do que recebe.

Política cambial

Conjunto de medidas que definem o regime da taxa de câmbio de um país e regulamentam todas as relações financeiras entre nacionais e estrangeiros. Mais especificamente, a política cambial estabelece a forma de atuação dos agentes econômicos no mercado de câmbio, as regras para movimentação internacional de capitais e de moedas e a gestão das reservas internacionais detidas pelo Estado.

Política fiscal

É a conjugação das ações de gasto e arrecadação do governo. O aumento relativo dos gastos (em relação ao PIB) ou a redução relativa da tributação são consideradas ações de política fiscal expansivas, pois tendem a gerar crescimento econômico no curto prazo. A redução relativa dos gastos ou a elevação relativa da tributação são consideradas ações contracionistas, pois tendem a frear a economia no curto prazo. A política fiscal tem importante função estabilizadora: evitar superaquecimento econômico, que levaria ao aumento da inflação; e impedir ou minorar recessões, que são episódios de redução do produto e aumento do desemprego. A política fiscal pode ser utilizada para reduzir desigualdades econômicas entre cidadãos, setores econômicos e regiões, por meio da transferência de recursos arrecadados com a tributação ou por meio de diferentes incidências de tributação entre pessoas, empresas, setores econômicos e regiões.

Política monetária

Conjunto de decisões por meio das quais os governos e suas instituições (sobretudo os bancos centrais) controlam a oferta de moeda na economia. É um instrumento, ao lado da política fiscal, de estabilização econômica, ou seja, que tem por objetivo evitar superaquecimento econômico ou recessão. A política monetária utiliza como instrumento principal a taxa básica de juros de curto prazo, que acaba direta ou indiretamente afetando todos os setores da economia. Outros instrumentos são o nível de depósitos compulsórios requeridos dos bancos ou intervenção direta no volume e

nos prazos das operações de crédito. A elevação dos juros básicos tende a desestimular a atividade econômica e é usada normalmente em situações de aumento da inflação. Ao contrário, em conjunturas de recessão, em geral se utiliza uma política monetária expansionista, equivalente à redução dos juros básicos.

Precatório

É um pedido do Poder Judiciário ao Executivo para que mande pagar importância resultante de ação judicial perdida pelo próprio Estado e transitada em julgado, ou seja, para a qual não há mais recursos. Precatar significa determinar à autoridade pública que se ponha de sobreaviso, que se prepare para a execução de ordem judicial.

Progressividade/Regressividade

A progressividade tributária é caracterizada principalmente pelo aumento da alíquota do imposto à medida que cresce a base de cálculo. O imposto de renda, por exemplo, é progressivo, pois à medida que cresce a renda, a alíquota sai de zero até atingir 27,5%. Os impostos diretos, sobre a renda e o patrimônio, tendem a ser progressivos, seja por variação de alíquota, seja por isenções dadas às faixas mais baixas de patrimônio. Os impostos indiretos, sobre o consumo, para os mesmos produtos, tendem a ter a mesma alíquota, e não costumam ser, isoladamente, regressivos ou progressivos. Entretanto, considerando toda a estrutura tributária de consumo, pode haver diferentes alíquotas em razão da essencialidade e do peso relativo dos bens na cesta de consumo familiar. Desse modo, a tributação da cesta básica, que tem peso grande no orçamento de famílias mais pobres, é consideravelmente menor do que a dos produtos com maior peso no orçamento de famílias de renda mais alta. A intervenção estatal na distribuição da renda não depende unicamente da progressividade da tributação. Os efeitos da tributação podem ser ou não compensados pelas políticas de gastos e transferências estatais.

Receita

Em contabilidade, é a soma de todos os valores recebidos em dado período (um dia, um mês, um ano). Em uma empresa comercial, a receita é formada pelas vendas à vista, pela parte recebida referente às vendas a crédito e pelos eventuais rendimentos de aplicações financeiras. No orçamento público, receita é a soma das arrecadações de

impostos, taxas, contribuições, multas etc. Os rendimentos de fonte certa compõem a receita ordinária, enquanto os incertos ou eventuais formam a receita extraordinária.

Resultado nominal

Ver Superávit primário.

Risco soberano

Risco de um Estado nacional não honrar um empréstimo ou outros compromissos associados (como juros periódicos e comissões) na data devida.

Rubrica

Ver Dotação orçamentária.

Selic

Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. É a plataforma de negociação exclusiva de instituições financeiras para compra e venda de títulos públicos. De modo geral, a instituição que precisa de liquidez vende títulos para outra instituição. O Banco Central participa desse mercado, na oferta e na demanda, para manter a taxa média resultante dessas negociações bastante próxima à meta da taxa Selic, determinada periodicamente pelo CMN.

Sonegação fiscal

Ato ilícito que consiste na ocultação do fator gerador de um tributo com o objetivo de não pagar esse tributo; é o descumprimento da legislação tributária.

Spread

Diferença entre taxas de juros. A expressão pode ser usada em diferentes contextos. O chamado *spread* bancário se refere à diferença entre os custos de captação dos bancos e o custo dos empréstimos que faz a seus clientes. A expressão *spread* é também frequentemente usada na acepção de diferença entre as taxas pagas por diferentes países em títulos de dívidas com prazos equivalentes. Em geral, existe um *spread* positivo e relevante entre as taxas de países considerados desenvolvidos e os demais, para títulos emitidos em prazos equivalentes.

Superávit primário

É a diferença entre as receitas não financeiras do governo (tributos, taxas, lucros das estatais, multas) e suas despesas não financeiras (que excluem juros pagos, resultados negativos do Banco Central, entre outras). Quando se agregam ao resultado primário as despesas e receitas financeiras, tem-se o resultado nominal. O resultado primário costuma ser uma das metas quantitativas da política fiscal porque é dependente de ações no presente, enquanto o resultado nominal tem despesas não controláveis, pois dependentes da dívida constituída em exercícios anteriores.

Taxa de juros real neutra

Trata-se de uma variável não observável, estimada por técnicas estatísticas, que corresponde à taxa real de juros (taxa nominal subtraída da inflação) que representaria uma política monetária nem expansiva nem contracionista, ou seja, que nem estimularia nem frearia a economia.

Swap

Tipo de derivativo em que as partes trocam fluxos de caixa de dois ativos diferentes. Por exemplo, no swap cambial, uma parte paga para a contraparte a taxa de juros incorrida sobre o valor estabelecido em contrato (valor nocional; em inglês, *notional value*), enquanto a contraparte paga à primeira a variação cambial que ocorrer no decurso do contrato sobre esse mesmo valor.

Taxa de desemprego

Ver Desemprego.

Tigres Asiáticos

Denominação usada para países da Ásia cujo desenvolvimento, após a 2ª Guerra Mundial, foi muito intenso e contínuo, como Taiwan, Coreia do Sul e Singapura.

Transações correntes

Parte do balanço de pagamentos que inclui as contas de comércio de mercadorias (balança comercial), balança de serviços e as transferências unilaterais.

(Veja Balanço de pagamentos, Balança comercial, Balança de serviços e Transferências unilaterais)

Transferências unilaterais

Parcela das transações correntes que registra as entradas ou saídas de divisas decorrentes, por exemplo, do envio de recursos ao exterior para a manutenção de embaixadas, serviços consulares e de remessa de valores ao país feitas por imigrantes, para seus familiares. Essa denominação deriva do fato de serem operações sem contrapartida em compra e venda de mercadoria ou de serviços ou em pagamento de remuneração de empréstimos.

União aduaneira

Bloco econômico constituído para eliminar barreiras tarifárias e de cotas entre os membros. Também prevê a adoção de uma tarifa externa comum para as transações com os não membros.

Unidades monetárias brasileiras

Desde o início da colonização portuguesa no século 16, o Brasil já teve nove unidades monetárias oficiais.

- 1) Real: moeda portuguesa. A nação de Portugal inicia-se por volta do ano 1120, quando passou a ter moeda própria, aplicada posteriormente ao Brasil Colônia.
- 2) Réis: com o avanço da inflação, o real perdeu poder de compra, sendo substituído pelos seus múltiplos, ou seja, pelos reais, que o povo passou a denominar réis, por facilidade de pronúncia.
- 3) Cruzeiro (antigo): o mil-réis permaneceu como unidade monetária até 1942, quando foi substituído pelo cruzeiro, pelo Decreto-Lei 4.791, de 5 de outubro de 1942. O centavo de cruzeiro foi eliminado pela Lei 4.511, de 1º de dezembro de 1964.

- 4) Cruzeiro novo: criado pelo Decreto-Lei 1, de 13 de novembro de 1965, passou a vigorar a partir de 13 de fevereiro de 1967, pela Resolução 47 do Conselho Monetário Nacional, equivalendo 100 cruzeiros (antigos) de 1942 a 1 cruzeiro novo, sendo restabelecido o centavo.
- 5) Cruzeiro: a unidade monetária brasileira voltou a denominar-se cruzeiro a partir de 15 de maio de 1970, conforme Resolução 144, de 31 de março de 1970, do Conselho Monetário Nacional, em cumprimento ao artigo 6º do Decreto 60.190, de 8 de fevereiro de 1967. Ao ser restabelecido o cruzeiro como unidade monetária brasileira, foi mantida a equivalência de valores com os do cruzeiro novo, então extinto. A Lei 7.214, de 15 de agosto de 1984, extinguiu o centavo.
- 6) Cruzado: em 28 de fevereiro de 1986, o cruzeiro foi substituído pelo cruzado mediante o Decreto-Lei 2.283, passando 1.000 cruzeiros a valer 1 cruzado, sendo restabelecido o centavo.
- 7) Cruzado novo: a Medida Provisória 32, de 15 de janeiro de 1989, instituiu o cruzado novo como unidade monetária brasileira em substituição ao cruzado, a partir de 16 de janeiro de 1989, conservando o centavo como a centésima parte do cruzado novo.
- 8) Cruzeiro: reintroduzido em 15 de março de 1990 como nova unidade monetária do Brasil, previsto no Plano Collor. Cruzeiro real: criado em 2 de agosto de 1993 como uma moeda de transição para o real.
- 9) Real: instituído por medida provisória em 1º de julho de 1994 e aprovado pelas Leis 8.880, de 27 de maio de 1994, e 9.069, de 29 de junho de 1995, como unidade monetária brasileira, até os dias de hoje.

Waiver

É a dispensa de uma exigência ou de obrigações, geralmente de pagamento total ou parcial (principal, juros etc.), de um país ou instituição frente a outros países ou instituições. Não deve ser entendido como perdão, já que o *waiver* pode ser temporário e a obrigação correspondente voltar a ser exigida.

Zona franca

Área delimitada no interior de um país e beneficiada com incentivos fiscais e tarifas alfandegárias reduzidas ou ausentes. Seu objetivo é estimular o comércio e, às vezes, acelerar o desenvolvimento industrial de uma região. Há zonas francas em Marselha

(França), Hamburgo (Alemanha), Hong Kong (China) e Copenhague (Dinamarca). A Zona Franca de Manaus, criada em 1967 e fiscalizada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), atraiu para aquela área muitas indústrias, sobretudo do ramo eletrônico avançado, que se beneficiam das facilidades de importação de componentes para aparelhos eletroeletrônicos.